

Perfil da medicação sem prescrição praticada por pais

Profile of medication without prescription practiced in children by parents

Rúbia Izabella Cordeiro Martins¹

Cristina Andrade Sampaio²

Resumo: Objetivo: Estudo descritivo realizado no município de Porteirinha, MG que descreveu o hábito de medicação sem prescrição praticada pelos pais. **Metodologia:** Dados foram coletados por questionário aplicado aos pais das crianças que frequentavam a Escola Municipal Karen Cristine Nascimento Silva. **Resultados:** A prevalência de medicação sem prescrição praticada pelos pais foi de, aproximadamente, 92,0%. Os principais grupos de medicamentos administrados foram: antitérmicos, 82,05%; xaropes para tosse, 69,23%; antigripais, 58,97% e analgésicos, 48,71%. As doenças/sintomas que os pais acreditavam justificar uma medicação sem prescrição para seus filhos foram: febre, 79,48%; resfriado/gripe, 61,53% e inflamação/infecção de garganta, 53,84%. **Conclusões:** É imprescindível que a família, a escola, gestores de saúde e os profissionais de saúde mobilizem para implementação de medidas que possam atenuar esta prática. A responsabilidade de conscientização, educação e racionalização do uso do medicamento deve ser geral.

Palavras-chave: Crianças. Pais. Medicamentos. Atenção farmacêutica.

Abstract: Objective/Methods: A descriptive survey in the town of Porteirinha, MG that had the objective of describing the habit of parents medicating without prescription children who attended the Karen Cristine Nascimento Silva Public School. **Results:** The prevalence of medication without prescription practiced by parents was approximately 92.00%. The main groups of medicines used by them were: antipyretics, 82.05%; cough syrup, 69.23%; cold and flu drugs, 58.97% and analgesics, 48.71%. With regard to the illnesses/ symptoms that the parents believed to justify giving medication without prescription to their kids, we verified that 79.48% were fever motivated, followed by cold/ flu, 61.53% and inflammation/ infection of throat, 53.84%. **Conclusions:** It is essential that the family, the school, health care personnel and the health professionals mobilize aiming an implementation of measures that can lessen this practice.

Key-words: Children. Parents. Medicines. Pharmaceutical care.

1 Pós-graduada em Atenção Farmacêutica - Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI.

2 Doutoranda em Saúde Coletiva - Universidade Federal de São Paulo - Unifesp/ EPM. Professora do departamento de Saude Mental e Saúde Coletiva/ Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

INTRODUÇÃO

A medicação sem prescrição refere-se às diversas maneiras pelas quais os pais ou os sujeitos recorrem, sem consulta médica, à farmacoterapia para alívio de sintomas e tratamento de patologias. Ao compartilharem experiências com membros da família, vizinhos, balconistas de farmácia, utilizam de prescrições antigas ou até mesmo restos de medicamentos do tratamento anterior, muitas vezes, descumprindo a prescrição médica, prolongando ou interrompendo a dosagem e a duração do tratamento.

Diversos motivos contribuem para essa prática: dificuldade de acesso aos serviços de saúde, proliferação de farmácias e drogarias onde se adquire medicamentos livremente, ausência de regulamentação e pequena fiscalização daqueles que vendem, banalização da prescrição, desconhecimento dos perigos da automedicação e hábito de consumo de medicamentos por ansiedade e sem motivos aparentes. Essa utilização indiscriminada, também, é influenciada por aspectos culturais, pela propaganda desenfreada de determinados medicamentos pelos meios de comunicação, por processo social controlado pelo desejo de um melhor cuidado com a saúde e a beleza, disponibilidade dos produtos, padrões de morbidade dos diferentes grupos populacionais e pressão da indústria farmacêutica sobre o consumidor e/ou o profissional de saúde.¹

Nesse contexto, a Atenção Farmacêutica é uma nova filosofia de prática, na qual o farmacêutico assume a responsabilidade pelo planejamento, orientação e acompanhamento do tratamento farmacológico visando a uma terapia efetiva. O profissional farmacêutico passa a ser co-responsável pela farmacoterapia, uso racional de medicamentos e melhoria da qualidade de vida do paciente, assim como passa a ter atuação mais ativa nas equipes multiprofissionais. Sua prática encontra-se, geralmente, voltada para as ações programáticas, priorizando grupos específicos como, por exemplo, a

criança, o adolescente e o idoso.²⁻³

Uma das principais preocupações da Atenção Farmacêutica é o consumo de medicamentos sem prescrição, porque vem assumindo enormes proporções e recentemente passa a ser considerado como um importante problema de saúde pública. O uso irracional de medicamentos atinge altos índices em diversos países, podendo acarretar riscos diretos e indiretos à população. O acesso aos medicamentos no Brasil, apesar de ser restrito, atinge a quinta colocação no mercado mundial, sendo o seu consumo alto em praticamente todas as faixas etárias.¹

Apesar da subestimação de dados estatísticos, é possível admitir que, no Brasil, a intoxicação aguda constitui também um importante problema de saúde pública, particularmente na faixa etária pediátrica, sendo que os medicamentos são os principais agentes responsáveis.⁴

Para melhor compreender esse processo, realizou-se um estudo sobre o uso de medicamentos sem prescrição pelos pais em crianças, pelo fato de essas crianças pertencerem a um grupo fortemente predisposto ao uso irracional de medicamentos.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de caráter descritivo na Escola Municipal Karen Cristine Nascimento Silva - Educação Infantil - de Porteirinha, MG.

Os dados foram coletados por meio de um questionário, previamente testado, contendo, 13 perguntas objetivas. Foram fornecidas explicações sobre os preceitos éticos envolvidos nas pesquisas com seres humanos, a importância da colaboração dos pais e, principalmente, sobre a maneira adequada de preenchimento do questionário.

Universo e sujeitos do estudo

O universo da pesquisa compreendeu 50 pais de crianças da Escola Municipal Karen Cristine Nascimento Silva: turno matutino, 24 e turno vespertino, 26. A coleta de dados foi realizada em reunião com os pais, em setembro de 2008, na qual a pesquisadora apresentou a pesquisa, solicitou a participação e a colaboração dos informantes para aplicação dos questionários. Todos os pais presentes manifestaram interesse em participar do estudo. Os questionários foram aplicados, sem interferência da pesquisadora.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – Parecer nº 1162/2008 - e todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Análise dos dados

Os dados foram submetidos a uma análise descritiva e os resultados apresentados com o emprego de gráficos.

RESULTADOS

Do total de 50 pais, 39, ou seja, 78% compareceram à reunião e concordaram em participar da pesquisa. Destes, 79,48% eram mães e 20,51% pais, e, 46,15% possuíam idade entre 20 a 30 anos. Observou-se, ainda, que a maioria havia cursado o ensino médio completo, 30,76%. Em relação à renda familiar, 38,46% alegaram receber até um salário mínimo. Quanto ao número de filhos, 35,89% dos pais possuíam dois filhos e 35,89% três filhos. As crianças, na sua maioria, eram do sexo masculino, 64,10%, e, possuíam cinco anos de idade, 76,92%.

Aproximadamente, 93,00% dos pais já medicaram ou compraram medicamentos para seu filho sem a apresentação de prescrição médica. Os motivos alegados para essa prática foram: a dificuldade de consulta médica, 61,53%; a demora no atendimento médico, 20,51% e a facilidade de aquisição de medicamentos sem prescrição médica, 17,94%.

A análise descritiva sugeriu que o nível de escolaridade dos pais não interferiu na prescrição de medicamentos para seus filhos, sem indicação médica, pois ela aconteceu entre os pais com maior e menor escolaridade (Figura 1).

Somente 10,25% dos pais se aconselharam com

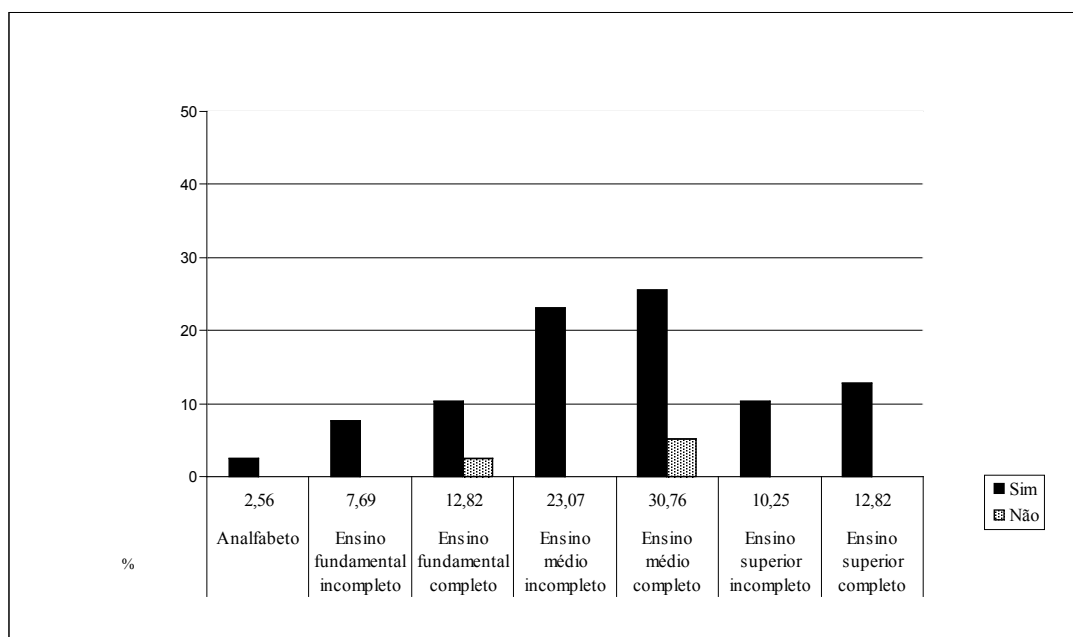


Figura 1: Relação entre o grau de escolaridade e a prática de medicação sem prescrição praticada pelos pais em crianças da Escola Municipal Karen Cristine Nascimento Silva – Porteirinha, MG, 2008

os médicos para prescrição de medicamentos para seus filhos. Os outros pais citaram farmacêuticos, 56,40%; balconista, 23,07%; terceiros 17,94% (parentes e amigos) e o dono de drogaria, 7,69%. Além disso, 25,64% dos pais relataram ter recebido conselhos não solicitados durante visita a uma drogaria/farmácia, sendo de balconista, 50,00%; de farmacêutico, 30,00% e do dono da drogaria, 20,00%.

Na ausência de prescrição médica, o farmacêutico foi o profissional mais requisitado pelos pais para dar instruções a respeito de medicamentos, 51,28% e 33,33% dos pais alegaram já possuir experiência com o medicamento.

Os antitérmicos foram os medicamentos mais utilizados sem indicação médica, 82,05%; seguidos pelos xaropes para tosse, 69,23%; antigripais, 58,97%; analgésicos, 48,71% e descongestionantes nasais, 38,46%. Os antibióticos ocuparam a sexta posição, 35,89%. A investigação não buscou aferir diretamente se os indivíduos demonstravam conhecimento sobre os grupos farmacológicos, uma vez que foi explicitada no questionário, em cada alternativa desta questão, a finalidade do medicamento, por exemplo, analgésicos, medicamento para dor. Além disso, 28,28 % dos pais relataram administrar o medicamento em um período de três a cinco dias e 28,20% interrompem a medicação quando percebem que o filho não está mais doente. Quanto às doenças/sintomas que os pais acreditavam que justificava o uso de medicamentos sem prescrição, verificou-se que 79,48% foram motivados a medicarem por causa de febre, seguidos de resfriado/ gripe, 61,53%; inflamação/ infecção de garganta, 53,84% e dor, 38,46%. Já a infecção urinária aparece na última posição com 2,56%.

Em 93,0% dos casos de medicação sem prescrição, 15,38% dos pais observaram algum problema/reação relacionado ao medicamento administrado, entre os citados estão a alergia à dipirona, taquicardia, intoxicação medicamentosa e lesão na mucosa nasal. Os procedimentos mais utilizados para solucionar este problema foram: procurar um médico, interromper a administração do medicamento, diminuir

a dosagem do medicamento e procurar um farmacêutico.

A última vez que levaram o filho para uma consulta médica foi entre 01 e 03 meses para 33,33% dos pais e 25,64% responderam que a última vez que medicaram seu filho foi entre 01 e 03 meses atrás.

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo demonstram semelhança com outras pesquisas, confirmando que o uso de medicamentos sem prescrição é uma prática real e frequente, independente do nível socioeconômico.⁵

É importante ressaltar que os principais motivos desta prática foram a dificuldade de consulta médica e a facilidade de aquisição de medicamentos sem prescrição médica, comprovando que, a precariedade dos serviços de saúde contrasta com a oferta desenfreada de medicamentos através do estímulo do balconista. Observou-se, também, tendência na busca de solução imediata para os problemas de saúde, além da excessiva crença da comunidade no poder dos medicamentos. Isso contribui para aumentar a demanda de fármacos para tratar qualquer doença/sintoma, mesmo que seja autolimitada. Dessa forma, o medicamento foi incorporado à dinâmica de consumo e está sujeito a ser tratado com um simples objeto de comércio, afastando-se da sua principal finalidade na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças.⁶⁻⁷

Em 87,16% dos casos, a orientação para o uso de medicamentos sem prescrição decorreu de visita à drogaria/farmácia, fato comum no Brasil e em outros países.^{5,8} Apenas 10,25% é proveniente de aconselhamento médico. Observou-se alta prevalência de indicação de medicamentos por parte do farmacêutico, mas, esse dado pode estar superestimado, pois, muitas vezes, o balconista é confundido com o profissional farmacêutico. As razões pelas quais os pais procuraram a drogaria, antes do atendimento médico, são devido à dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a facilidade de aquisição de medicamentos sem prescrição médica.

No Brasil, onde a saúde pública não tem recursos

orçamentários adequados e uma estrutura organizacional eficiente, poder-se-ia afirmar que a demanda por saúde, nas comunidades que dependem desse sistema, estaria sujeita ao uso de medicamentos sem prescrição, por falta de escolha. Em uma investigação sobre a prevalência da automedicação com ênfase nas motivações que levavam o sujeito a automedicar-se, Vilarino *et al.* (1998) observaram que, atualmente, as condições socioeconômicas realmente não são determinantes na decisão do uso de medicamentos sem prescrição e que talvez esteja na origem histórica deste hábito. A falta de acesso ao médico possa ter tido algum papel causal para realização dessa prática.

Outros motivos também podem estar associados, mas não foram objeto desse estudo, como: os medicamentos prescritos na drogaria podem ser mais baratos, grande número de estabelecimentos abertos 24 horas e flexibilização na comercialização de fármacos nos países menos desenvolvidos.⁹

A facilidade em adquirir medicamentos sem prescrição médica é também um fator importante, pois, demonstra que a população quer poupar trabalho pessoal necessário a obtenção de saúde.

A associação de experiência e utilização de prescrições antigas denota a tendência dos pais em resolver os problemas de saúde da criança com base nos seus supostos conhecimentos sobre tratamento de doenças. Vilarino *et al.* (1998), em uma investigação da prevalência da automedicação realizada na população urbana do Município de Santa Maria, RS, relataram que a experiência anterior com o medicamento lidera as motivações do uso de medicamentos sem prescrição, 35,9%, provavelmente pelo papel do médico contribuindo, mesmo que indiretamente, na formação dessa experiência.

A utilização de prescrições antigas para medicar a criança indica que a tradição possa ser o principal indutor desta prática. Não foi avaliado, nesse estudo, se essa prática é corriqueira ou eventual. Portanto, esse dado apenas sugere que a tradição esteja ligada à utilização de medicamentos em crianças.

O uso de antitérmicos sem prescrição médica

demonstra que o hábito dos pais em medicar a criança esteve, principalmente, associado ao tratamento sintomático da febre. Esses dados são confirmados através da utilização de xaropes para tosse, antigripais, analgésicos e descongestionantes nasais.

Apesar de a gripe ser uma doença benigna, os pais são motivados a tratar os filhos com inúmeros medicamentos devido ao incômodo dos sintomas e interferência nas atividades habituais das crianças. Esses resultados confirmam que os fármacos com ação anti-infecciosa e os medicamentos para tosse e resfriado comum são os mais utilizados em crianças devido ao grande número de infecções respiratórias que elas apresentam.¹⁰

O caráter autolimitado desses sintomas tem reforçado o conceito popular que esses medicamentos são excelentes opções para o tratamento desses problemas de saúde e possivelmente explica o amplo uso desses fármacos.

A administração de antibióticos em crianças sem prescrição médica é um dado preocupante, uma vez que, o uso excessivo acarreta uma série de problemas para elas e para a comunidade. Além disso, as reações adversas dos antibióticos não são raras e podem ser graves. O uso abusivo e o tratamento inadequado favorecem o aparecimento de cepas bacterianas resistentes e podem dificultar o diagnóstico. Acredita-se que os principais fatores envolvidos na ampla utilização dos antibióticos em crianças são a insegurança quanto à precisão do diagnóstico e a crença de que esses fármacos possam evitar as complicações bacterianas de infecções respiratórias agudas.¹⁰⁻¹¹

No presente trabalho, os pais relataram ter observado algum problema/reação relacionado ao medicamento administrado. Amador *et al.* (2000), em estudo com delineamento descritivo e retrospectivo de ocorrência toxicológica do Centro de Controle de Intoxicações-CCI-de Maringá, PR, analisaram 194 casos de crianças menores de 14 anos. Noventa e dois casos envolveram medicamentos, com a predominância de 19,0% de anticonvulsivante, seguidos dos analgésicos e anti-inflamatórios, 17,0%; broncodilatadores e

mucolíticos, 12,0% e antibióticos, 11,0%. Os autores classificaram 63 casos de intoxicações agudas exógenas, envolvendo medicamentos, como acidentes. Porém, ocorreram casos de uso de medicamentos sem prescrição sob orientação leiga de pais e vizinhos, com consequente Reação Adversa a Medicamento (RAM), em 19 casos.

É importante elucidar que qualquer medicamento pode causar efeitos indesejáveis, mas, os grupos que estão mais associados a eventos adversos são: antibióticos, analgésicos, antitérmicos, antiinflamatórios não-hormonais e fármacos com ação no sistema nervoso central. Além disso, as crianças são mais susceptíveis aos efeitos tóxicos dos fármacos com significativa morbidade e com risco potencial de vida, em alguns casos. Embora as reações adversas possam ocorrer em qualquer indivíduo, grande parte dos eventos adversos provenientes da medicação sem prescrição e ao uso inadequado de medicamentos pode ser prevenida.¹¹⁻¹²

Outro aspecto que deve ser destacado é que os fatores culturais também contribuem para a difusão desta prática. Por isso, é importante a conscientização dos pais, uma vez que, o ambiente familiar tem forte influência sobre o uso de medicamentos na fase adulta. Silva e Giugliani (2004), em estudo transversal com amostra representativa da população de escolares de ensino médio de Porto Alegre, RS, constataram que o consumo de fármacos ocorreu com maior frequência entre adolescentes cujos familiares tinham o hábito de usar medicamentos. O consumo familiar, 65,6% da amostra, foi elevado, principalmente entre as mães, o que pode representar inconscientemente que o uso de fármacos é algo corriqueiro. Desta forma, o consumo de fármacos pode ser mais frequente em adultos cujos pais têm o hábito de automedicar ou administrar medicamentos sem prescrição no filho.⁵

CONCLUSÃO

A medicação sem prescrição praticada pelos pais em crianças é uma realidade no Brasil, já constatada em outros estudos. Esses dados demonstram,

com bastante clareza, a expressividade desta prática e pode ser considerada como um processo facilitador de intoxicações medicamentosas.

Esses fatores indicam a necessidade do engajamento do farmacêutico, no exercício da Atenção Farmacêutica, e demais profissionais de saúde para educar a família sobre o uso racional, a fim de diminuir morbimortalidade relacionada ao uso indiscriminado de medicamentos, além de evitar interações medicamentosas e reações adversas.

É imprescindível que a família, a escola, gestores de saúde e dos profissionais de saúde se mobilizem para implementação de medidas que possam atenuar essa prática. É importante a mudança de postura em toda comunidade, a responsabilidade de conscientização, educação e racionalização do uso do medicamento deve ser geral.

REFERÊNCIAS

SILVA, C. H.; GIUGLIANI, E. R. J. Consumo de medicamentos em adolescentes escolares: uma preocupação. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 80, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.jped.com.br/conteudo/04-80-04-326/port.pdf>>. Acesso em: 21 Fev. 2008.

LYRA JUNIOR, D. P. et al . A farmacoterapia no idoso: revisão sobre a abordagem multiprofissional no controle da hipertensão arterial sistêmica. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, June 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Jun. 2010.

FERREIRA PIRES, C. et al . Demanda pelo serviço de atenção farmacêutica em farmácia comunitária privada. *Pharmacy Practice*, Redondela, v. 4, n. 1, mar. 2006 . Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1885-642X2006000100006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 Jun. 2010.

SCHVARTSMAN, C.; SCHVARTSMAN, S. Intoxicações exógenas agudas. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 75, supl. 2, p. S244-S50, 1999. Disponível em: <<http://www.jped.com.br/conteudo/99-75-s244/port.pdf>>. Acesso em: 21 de Fev. 2008.

PEREIRA, F. S. V. T. et al. Automedicação em crianças e adolescentes. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 83, n. 5, p. 453-458, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002175572007000600010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan. 2008.

SA, M. B.; BARROS, J. C.; SA, M. P. B. O. Automedicação em idosos na cidade de Salgueiro-PE. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 75-85, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2007000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan. 2008.

ARRAIS, P. S. D. et al. Aspects of self-medication in Brazil. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 71-77, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Mar. 2008.

VILARINO, J. F. et al. Perfil da automedicação em município do Sul do Brasil. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 43-49, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101998000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan. 2008.

AMORIM, R. J. M., et al. Prescrição leiga de medicamentos na constipação crônica da infância. *Pediatria*, São Paulo, v.23, n.3, p.208-12, 2001. Disponível em: <<http://www.pediatrasiapaulo.usp.br/upload/pdf/525.pdf>>. Acesso em: 20 Fev. 2008.

BRICKS, L. F.; LEONE, C. Utilização de medicamentos por crianças atendidas em creches. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 30, n. 6, p. 527-535, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101996000600006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 Fev. 2008.

BRICKS, L. F. Analgésicos, antitérmicos e antiinflamatórios não hormonais: Toxicidade - Parte I. *Pediatria*, São Paulo, n. 20, v. 2, p.126-36, 1998. Disponível em: <<http://www.pediatrasiapaulo.usp.br/upload/pdf/365.pdf>>. Acesso em: 20 Fev. 2008.

BRICKS, L. F. Analgésicos, antitérmicos e antiinflamatórios não-hormonais: Controvérsias sobre sua utilização em crianças - Parte II. *Pediatria*, São Paulo, n. 20, v. 3, p. 230-246, 1998. Disponível em: <<http://www.pediatrasiapaulo.usp.br/upload/pdf/378.pdf>>. Acesso em: 20 Fev. 2008.

AMADOR, J. C. et al. Perfil das intoxicações agudas exógenas infantis na cidade de Maringá (PR) e região, sugestões de como se pode enfrentar o problema. *Pediatria*, São Paulo, v. 4, n. 22, p. 295-301, 2000. Disponível em: <<http://www.pediatrasiapaulo.usp.br/upload/pdf/487.pdf>>. Acesso em: 20 Fev. 2008.